



LIVROS E PERIÓDICOS

Situação valorativa do positivismo,
por DELFIM SANTOS; Berlim, Druck
Dr. Emil Ebering, 1938.

carácter do neo-positivismo e do carácter do livro
de Delfim Santos:

Deu-nos grande satisfação a leitura dêste livro, porque nada nos agrada mais que o aparecimento de um trabalho português honestamente feito, — sejam quais forem, aliás, as divergências que nos possam separar dos seus autores em problemas de moral, de sociologia ou de política.

Trata-se, como diz o autor, de um estudo do positivismo actual; e êste estudo tem os caracteres que deve ter tóda exposição de uma doutrina para ser realmente uma exposição filosófica: é explicativo e crítico; não se parece em coisa alguma com um simples amontoado de opiniões de positivistas, ou de dogmáticas afirmações a favor ou contra êles; não é, outro-sim, um dêsses turbilhões de nebulosa retórica a que tantas vezes se chama filosofia entre nós: senão que, simplificando quanto possível o assunto sem o deturpar, despindo-o das complicações técnicas de pormenor sem perder por isso a exactidão indispensável, nos mostra o neo-positivismo tal como êle é: não um bloco dogmático, rígido, uno, definitivo e afirmando-se como definitivo, irresistivelmente conquistador e triunfal, e única interpretação possível da ciência do nosso tempo, mas uma corrente de opiniões variadas que tiveram os mesmos pontos de partida mas que divergem bastante umas das outras, que se opõem e que discutem entre si, e que se transformam sem cessar, a ponto de não ser possível o dizer o que pensa em dado momento cada um dos seus mais destacados representantes, e que citar o que cada um dêles escreveu há dois ou três anos é correr o risco de exprimir uma opinião que já foi por êle abandonada. O livro de Delfim Santos mostra aos jovens estudiosos portugueses como deve ser a exposição de uma doutrina; de aí o seu valor pedagógico; de aí o interêsse e o aplauso com que o recebe a *Seara Nova*.

Apresentamos a seguir alguns extractos, que poderão dar ao leitor uma ideia—a um tempo do

« Insensivelmente, fomos aproximando de uma dificuldade que nem de longe pode ser suposta por aquêles que não tenham seguido a evolução do positivismo. Referimo-nos à noção de *sentido*; esta noção não é simples, e pode transpor para o positivismo falsos problemas com aparência de verdadeiros. Por isso, desde a constituição do grupo de Viena até aos nossos dias, a noção de *sentido* (*Sinn, meaning*) tem sido tratada por todos os adeptos do empirismo lógico e tem dado origem a questões sem conta nas reuniões para discussão em comum. A necessidade da análise lógica de todos os conceitos, a atitude de guarda contra qualquer mínima asserção metafísica, não dispensa estas questões preliminares: ¿que entende por *sentido*? ¿que entende por *verificação de sentido*? ¿que entende por *verdade*? As diferentes respostas, e a radical impossibilidade de acôrdo entre elas, dividiram o primitivo grupo, que se tinha proposto tratar as questões de filosofia com o método científico, e de tal maneira que, ainda que provindos de regiões diversas da cultura, qualquer um dos seus aderentes poderia continuar o trabalho de análise lógica iniciado por qualquer outro. Esta suposição de objectividade falhou, e recentemente um dos seus críticos enumera três tendências principais e distintas no neo-positivismo: de um lado, empirismo radical; do outro lado, acentuação exclusiva da análise lógica; e, entre estes dois extremos, o grupo que, pela sua atitude conciliatória, representa o programa inicial — empirismo lógico.

« Porque estas noções — sentido, verificação e verdade — têm um longo passado histórico, e, como nelas repousa o essencial para o positivismo, não admira que elas sejam tema constante de reflexão: o que mais admiraria certamente é que ainda não tenha sido possível o acôrdo entre os seus adeptos acêrca do que para êles é o essencial. Sôbre a teoria da verdade, por exemplo, a tendên-

cia empirista afirmará que verdade é correspondência ou concordância entre o enunciado e o facto, tal como praticamente a realiza o enunciado protocolar [1]. Mas a noção de correspondência não é clara. Correspondência entre quê? Entre cada elemento constituinte do facto e cada elemento constituinte do enunciado? Verdade seria assim convencional, porque repousaria na hipótese nominalista do acôrdo entre as palavras e as coisas. Mas a noção de facto é indecomponível, e o valor lógico do enunciado não consiste na sua composição elementar mas no seu sentido. E aqui caímos na questão complexa do sentido.» (Págs. 11-12) [2].

«Reichenbach não é contado como ortodoxo, coisa que, aliás, se está tornando cada dia mais rara dentro da Escola de Viena. Os motivos para isso não são difíceis de conceber: um enunciado de profecia [3] é um caminho totalmente aberto à intromissão do que, segundo a ortodoxia positivista, se chama metafísica. Sem a garantia forte da percepção imediata o positivismo não é coerente consigo mesmo. De passagem, seja-nos permitido notar que os enunciados científicos estão ainda longe de caber nestes dois tipos de classificação. Se não identificarmos ciência com física, o número de tipos de enunciados aumentará: um enunciado dum facto biológico, por exemplo, pode nem ser protocolar nem profético, e a psicologia tem enunciados reflexivos que a demasiado estreita classificação do empirismo não pode conceber nem admitir. Cada ciência, na medida em que é adaptação de um princípio do conhecimento a determinada região da realidade, tem igualmente um tipo de enunciados específico e em parte intransferível. Mas isto, para o empirismo lógico, seria um conjunto de frases sem sentido, porque lhes falta a cada uma delas o correspondente enunciado protocolar sensorial, que fôsse a garantia da sua verdade. Além de que, os enunciados interrogativos e os imperativos não poderiam igualmente caber no tipo protocolar.

«Mostrado que, como o fez Reichenbach, há na ciência pelo menos outro tipo de enunciados além do que admite o positivismo, surge a seguir uma outra questão: saber se ambos podem ser aferidos pelo mesmo critério de verdade ou se cada um

dêles exige um critério especial... Em Reichenbach, a concepção da verdade... pretendia ser mais um passo para a eliminação da metafísica. Foi, porém, um grave e escandaloso problema para discussão entre os adeptos do positivismo lógico. A eliminação do valor verdade, tal como é entendido na teoria da coerência ou na teoria da correspondência, poderia trazer sérias consequências ao empirismo lógico... Desta maneira, Reichenbach levantou dentro do empirismo lógico um problema de sérias consequências. Não julgamos que seja possível reduzir o critério de verdade ao critério de probabilidade e não julgamos também que valha a pena, como fez Schlick, o esforço para manutenção do critério monista da verdade. Verdade é qualidade dum enunciado sobre as coisas ou sobre factos e não qualidades das coisas ou dos factos. Assim é possível que certos enunciados sejam verdadeiros porque formulam a expressão de factos cujo grau de probabilidade na sua verificação é igual a «um». Porém, se afirmo que esta máquina de escrever é verde, êste enunciado não será verdadeiro nem falso por uma razão de probabilidade. É possível que o critério de verdade seja em certos casos o da adequação entre percepção e juízos; que seja outras vezes a verificação duma «inferência correcta»; outras vezes, dado pela não existência da contradição; e outras vezes, ainda, pelo acôrdo com um sistema de crenças. E depois disto parece-nos que as tentativas de redução total do critério de verdade a uma destas ou outra qualquer concepção é um esforço mais ou menos inútil» (pág. 15-18).

«Só desta forma [por falta de consciência histórica] se pode justificar o absolutismo com que é decretado pelo positivismo o que tem sentido e o que não tem sentido. Os meios que o pensamento hoje possui para determinar o sentido duma proposição são diferentes dos que possuía há um século e serão diferentes das possibilidades que possuirá daqui a um século porque novas bases de possível referência terão sido encontradas. Sentido, pode dizer-se, é uma função do tempo, e assim o positivismo, para ser conseqüente, teria de atribuir uma data precisa a cada juízo formulado e por êle considerado como possuindo ou não possuindo sentido. Um enunciado formulado por um físico actual acêrca da estrutura do átomo seria incontestavelmente uma proposição sem sentido para um físico positivista que tivesse vivido há um século, e assim foi para Mach, por exemplo. E isto vale o mesmo que dizer: a evolução da ciência permite dar sentido àquilo que para os positivistas de determinada época não tem sentido nenhum. E é bem sabido que isto não sucede apenas com proposições teóricas da ciência, mas

[1] Chamam-se enunciados *protocolares* os enunciados, empíricos em que um indivíduo directamente exprime uma experiência pessoal sensorial e imediata. É a resposta directa de um indivíduo. (*Nota da Red.*)

[2] Quanto a nós, um erro básico de todo positivismo é a tendência a supor na ciência duas coisas perfeitamente distintas, a saber: de um lado, *factos*; de outro, teorias sobre êsses factos. Consideramos ilegítima esta distinção; se não estamos em erro, êsses pretensos *factos* puros são já teorias, construções, interpretações. O facto puro é um limite inatingível pelo espírito; toda percepção é já uma teoria; toda percepção é já ciência física. (*Nota da Red.*)

[3] Enunciado de previsão, como, por exemplo, a previsão de um eclipse. (*Nota da Red.*)

também com muitas invenções de ordem técnica. Sentido possível é imprevisível, como também é imprevisível a direcção possível da invenção na técnica ou na descoberta científica. É inteiramente impossível numa determinada época afirmar que tal proposição não terá nunca sentido, porque é variável a capacidade de verificação prática e também a capacidade de imaginação das condições lógicas necessárias para dar sentido a uma proposição. Um enunciado sobre micróbios só recentemente possui sentido e até aí poderia pertencer à mesma espécie dos enunciados que o positivismo classifica como metafísicos. Desta maneira, substituindo-se verificação prática por possibilidade lógica de verificação, deu-se apenas um passo para a solução dentro das condições de compreensão relativas a uma dada época e nada mais. Mas não é isto certamente o que o positivismo pretende quando trata do «sentido». Porque, se assim fôsse, mais uma vez se permitiria o possível sentido dos enunciados metafísicos num futuro mais ou menos longínquo » (pág. 47 e 48).

« Vimos já como a noção de verificação, como a noção de sentido e como a noção de verdade são noções complexas e que dificilmente ou impossivelmente se deixarão reduzir ao nível epistemológico onde parte e donde sempre pretende ficar o positivismo. Isto mesmo fôra notado pelos próprios positivistas, e a última divisão do grupo em fiscalistas e empiristas é disso testemunho. A noção de verdade ou a discussão da noção de verdade e a sua adaptação ao positivismo separou o grupo, como já vimos. A noção de sentido ou a discussão da noção de sentido dividiu igualmente o grupo. Com a noção de verificação deu-se a separação inevitável entre irreductíveis ortodoxos e todos os outros. E os irreductíveis ortodoxos estão, no momento presente (princípios de 1937) reduzidos a dois elementos do primitivo grupo: Carnap e Neurath. ¿Que pode significar esta sucessiva necessidade de separação de homens que tinham « a mesma posição fundamental científica » e usavam os métodos de objectividade que pretendiam ser o traço de união que a filosofia na sua história mostra nunca ter possuído? Cremos ter tocado uma muito séria questão e cuja resposta tem implicações que neste momento nos não é possível desenvolver » (pág. 50 e 51).

« A realidade é um produto de descoberta e não um registo de dados. Só nos é dado aquilo que nós temos capacidade de receber, mas todo o esforço da ciência pode exprimir-se como sendo conquista do que não é dado, conquista de elementos para os quais nos faltam totalmente os órgãos sensoriais de registo que o dado, para ser admitido como tal, sempre requiere. Positivismo é

descrença do novo ou elevação do novo a definitivo e imutável, mas ciência é, no seu efectivo decurso, talvez o contrário de tudo isso (pág. 53) [1].

« Carnap é o sistematizador das ideias de Wittgenstein, relativamente à teoria da expressão. Filosofia para Carnap é « sintaxe lógica » ou, como dirá mais tarde, « lógica da ciência ». A primeira preocupação de Carnap como continuador de Wittgenstein será mostrar que os enunciados formulados pela análise lógica da linguagem científica possuem sentido e não são enunciados metafísicos. Hume pusera claramente a distinção orientadora do positivismo. « Tomemos um livro de teologia ou de metafísica, e perguntemos: contém este livro silogismos abstractos acerca da grandeza ou do número? Não. ¿Contém então discussões acerca de experiências de facto e existência? Não. Então lancemo-lo ao fogo, êle não pode conter senão sofismas e ilusões ». Como também vimos, Wittgenstein só admite como científicos e correctos os enunciados analíticos (correspondentes aos silogismos sobre matemática em Hume) ou sintéticos (correspondentes às experiências de facto em Hume). Tudo o mais, num e noutro sistema, não pode ter sentido. Tôdavia, Wittgenstein escreveu um livro de filosofia que não pode ser classificado em qualquer das duas categorias que para os positivistas possuem sentido. Assim, ou o livro de Wittgenstein não tem igualmente sentido, ou, se o tem, existem enunciados com sentido além dos que se referem aos objectos da matemática e às experiências científicas. Wittgenstein, consciente desta dificuldade, escrevera no seu Tratado: « o fim da filosofia não é formular proposições filosóficas, mas tornar claras as proposições. Neste sentido as minhas proposições são elucidatórias: aquêles que me compreende reconhece finalmente que elas não têm sentido ». É incontestavelmente uma heróica mas muito difícil posição; se as afirmações fundamentais do positivismo não têm sentido, e são pelos seus adeptos reconhecidas como tais; se servem só para demonstrar que outras têm ou não têm sentido, ¿como distingui-las das proposições metafísicas que, segundo os positivistas, não têm sentido também? Doutra modo: a demonstração do não-sentido da metafísica implica a necessidade de formular enunciados que, segundo o critério admitido, não possuem igualmente sentido. Ou, doutro modo ainda: ¿como verificar que tal proposição não tem sentido, se os meios de verificação são reconhecidos pelos próprios verificadores igualmente sem-sentido? Um novo e grave problema veio perturbar os até aí

[1] Quanto a nós (como o leitor sabe) esta observação é fundamental, e destrói radicalmente todo positivismo. (Nota da Red.)

considerados mais ou menos seguros e firmes fundamentos do positivismo» (pág. 79-81).

«É a este trabalho que actualmente se dedica Carnap; os seus anteriores trabalhos têm sido sucessivamente modificados e muitas vezes abandonados os pontos de vista que pretendiam expor. Nestas condições, é ainda difícil expor o pensamento orientador desta série de pesquisas sempre à mercê de críticas de natureza lógica formuladas por outros ou pelo próprio autor. Ultimamente Carnap, fazendo, a crítica aos seus anteriores trabalhos, reconheceu que na tese da ciência unitária não tinha ainda sido determinada a diferença entre *enunciados* e *princípios* na teoria positivista da ciência. É possível já hoje talvez falar de uma base de unidade dos *enunciados* científicos, mas estamos ainda longe (embora, segundo a sua opinião, isso seja igualmente possível) da base de unidade dos *princípios* científicos. Todos os conceitos científicos, das cinco regiões reconhecidas pelos positivistas: física, biologia, psicologia, sociologia e linguagem corrente, podem ser reconduzidos à linguagem fisicalista, como já vimos. Mas isto é diferente da recondução à unidade das leis ou princípios científicos com que muitas vezes os confundia a tese da ciência unitária. E assim um novo problema surgiu para o neo-positivismo: a busca das relações de identidade entre as leis dos diferentes sectores científicos devido à distinção, que se afigura importante, entre enunciado e lei e que até aqui tinha permanecido irreconhecível.

«Outras tentativas de classificação de uma teoria da expressão poderiam ser expostas. Elas têm, todavia, o carácter de instabilidade e muitas vezes de manifesta inconsistência com as teses do positivismo. Outras vezes esse aspecto não apareceu imediatamente, mas revela-se mais tarde a não concordância ou mesmo oposição com as teses positivistas. Neste caso está uma das mais notáveis tentativas feitas até hoje: a semântica de Tarski. Enquanto Carnap supõe que a sintaxe duma língua pode ser expressa na língua de que ela é a a sintaxe, Tarski, pelo contrário, afirma que as noções semânticas — entendendo semântica como o estudo da conexão entre as expressões duma língua e os objectos ou factos que elas designam — têm um carácter relativo e que, portanto, se relacionam sempre a uma determinada linguagem. Quasi sempre se tem suposto que há apenas uma língua — como o afirma o positivismo em Carnap e Neurath — e que esta é ou deve ser reduzida a uma determinada linguagem (como no fisicalismo) e que a língua *sobre* a qual falamos coincide com a língua *em* que falamos. A análise das dificuldades que há pouco citámos mostra que as noções semânticas não têm lugar na própria língua em

que se exprimem. Tarski afirma que a tentativa para incluir as noções semânticas na própria língua levará sempre a contradições. O seu esforço tem-se exercido sobre a construção duma linguagem formal que êle designa como meta-linguagem (*Metasprache*) em relação com o mesmo problema das matemáticas a que Hilbert chamou meta-matemática; porém, ao contrário de Carnap, a sua linguagem formal só vale (e só por isso tem valor de linguagem) em referência à região da realidade a que diz respeito. O seu critério de verdade é portanto anti-fisicalista porque reside numa linguagem que ultrapassa em sentido e em complexidade a linguagem em que se exprime. A semântica em Tarski assenta sobre axiomas que por sua vez se apoiam sobre a morfologia de cada diferente linguagem. Uma das dificuldades de todos os métodos axiomáticos consiste no aspecto arbitrário que mais ou menos existe na *escolha* dos axiomas fundamentais que deverão servir de base ao trabalho posterior de dedução. Aqui Tarski, consciente da sua posição, pôs ultimamente em evidência a irredutibilidade do seu método com a tese da ciência unitária, porque semântica, tal como êle a entende, não pode ser reconduzida nem à planificação lógica nem à planificação fisicalista que o positivismo, como temos visto, sempre requiere.

«A Semântica de Tarski tem um domínio mais vasto do que a sintaxe lógica de Carnap e exclue decididamente, pelo menos na sua última forma, algumas das teses positivistas pela admissão de linguagem e duma hierarquia das linguagens que à meta-linguagens (*Metasprache*) caberia a missão de ordenar por intermédio das regras semânticas ou sintáticas e que por sua vez estariam em correspondência com os aspectos também hierarquicamente considerados da realidade» (pág. 85 a 88).

«Um novo escândalo dentro do esquema de racionalidade do positivismo nos parece. Não haverá, ao contrário do que afirma Carnap, uma *terceira região* além da empírica e da lógica?» (pág. 89).

«É impossível, portanto, reconduzir o princípio da indução a um enunciado empírico como também a um enunciado lógico, o que infelizmente para o positivismo não é o único caso que temos a considerar. As chamadas *leis científicas* estão no mesmo caso: não são enunciados lógicos, porque significam alguma coisa referentemente à realidade, e não são enunciados empíricos, porque são expressões gerais ou universais que enunciam logicamente o comportamento da realidade. Todavia não há ciência sem leis. Se o positivismo nos diz que ciência é o conjunto ordenado de todos os enunciados sobre a realidade, sabem muito bem os positivistas que estes enunciados são de formulação possível em função de leis que têm o tipo

de enunciado geral ou vão permitir a formulação de leis cujo enunciado será igualmente geral e que em tudo se assemelham ao princípio da indução. Sem pretendermos antecipar uma possível conclusão, poderíamos dizer que o tipo dos enunciados a que pertence a expressão do princípio da indução e a que pertencem também as chamadas leis científicas é o mesmo tipo a que pertencem os enunciados metafísicos que os positivistas recusam admitir como possuindo sentido. E assim a atitude coerente do positivismo, excluindo os enunciados metafísicos porque a estes lhes falta o fundamento empírico que lhes dê sentido, deveria também excluir como sem-sentido o princípio da indução e todas as leis científicas. Porém, como a descoberta das leis é a mais alta missão do físico, isso implicaria a recusa da ciência ao mesmo tempo que da metafísica. Certamente que não pretendemos defender a metafísica de todas as acusações que lhe são feitas pelo positivismo. Mas queremos parecer que muitas vezes o que é atacado na metafísica é também susceptível de aparecer noutras formas de pensamento, inclusive no positivismo. Se muitas vezes o que se chama metafísica tem entravado o progresso científico, também o mesmo tem sucedido ao positivismo. Tenhamos em conta que o atomismo especulativo, de base puramente metafísica, foi um poderoso factor do progresso científico, e que o positivismo, coerentemente consigo mesmo, se opôs à visão atomística da realidade.

«Mais uma vez encontramos um problema com o qual a especulação tradicional se preocupou. O carácter de não conformidade das leis científicas e do princípio da indução quer com a região lógica quer com a região empírica é, ou tem estreita relação, com o problema dos universais como na história é conhecido. Qual é a região da realidade a que se refere um enunciado universal que possa ser de relação empírica? Sem nos preocuparmos neste momento com as soluções que a filosofia medieval encontrou para este problema e que, por fim, sob a designação de conceptualismo, resolveu a conciliação dos dois aspectos contrários — lógico e empírico — e que Kant, seguindo a mesma direcção de pensamento, adoptou, veremos que, no novo positivismo, o problema repetiu alguns momentos da sua vida histórica e de certo modo regressou à situação primitiva pela recusa decidida da *terceira região* a que o conceptualismo ou a solução de Kant dizem respeito. Porém, não será necessária a admissão da *terceira região* sempre que pretendermos o conhecimento integral da actividade científica? O positivismo não se preocupa apenas com a teoria lógica da expressão e com o critério de verificação dos enunciados da experiência. Além destes, e em íntima conexão com estes, surgem os problemas da meto-

dologia científica, que o positivismo não tem descurado. Sempre, porém, que os problemas do método científico são tratados pelos positivistas, alguma coisa vem perturbar o que no domínio especulativo tinha sido tratado com a mesma clareza que os positivistas requerem sempre aos não positivistas. E aqui a discordância dos pontos de vista é tão dispar como nas outras questões fundamentais de que já tratámos... » (pág. 91 a 93).

«Da dependência funcional, na terminologia de Reichenbach, pode abstrair-se, com valor metodológico, uma região da lógica pura, ou uma região de pura experiência, mas nenhuma destas abstrações corresponde a um estado primitivo de derivação como o supõe o positivismo. E Reichenbach conclue de tudo isto que *na verdade não há outros enunciados sobre a natureza além dos enunciados indeterminados de profecia*.

«Duma simples dificuldade no acôrdo com as teses do positivismo vemos assim surgir uma nova teoria da probabilidade. Em oposição a uma teoria lógica da probabilidade e em oposição também à solução de Reichenbach, desenvolveu Mises a sua teoria empírica da probabilidade. E assim mais uma vez se completou a simetria de solução que nos aparece em quasi todos os problemas. Dum lado, a reflexão do problema seguindo exclusivamente a via lógica, doutro lado, a tomada do mesmo problema seguindo a via empírica da solução, e além destas a situação do problema na posição mais difícil, porque semelhante com os processos seguidos pela metafísica » (pág. 99).

«Mas contra a identificação entre realidade e percepção sensível a própria ciência fundamental para o positivismo se encarrega de lhe fornecer dificuldades: os conceitos explicativos da física são símbolos que não têm correspondência sensível, são esquemas matemáticos apropriados a qualquer coisa que se não deixa constatar sensorialmente, são artificios longínquos do real que muitas vezes explicam admiravelmente » (pág. 123).

«Se a realidade é idêntica, se na sua diversidade aparente há uma unidade atingível, todo o saber bem adequado a uma parte da realidade será igualmente adequado a toda a realidade. O que importa é atingir, para além do aparente, aquilo que não é aparente, e, atingido este, a diversidade primeira é por fim identidade. O critério positivista do saber revela-nos assim um fundamento metafísico que a experiência não permite: a unidade substancial do real. Admitida esta podem tirar-se várias conseqüências, sendo uma delas a noção unitária de ciência. Da primeira hipótese, feita a distinção entre realidade e aparência, relega-se para esta tudo o que não convém àquela;

da conseqüência aludida deduz-se como base um determinado tipo de saber a que todos os outros directa ou indirectamente se deverão reduzir. A unidade do real justifica teórica e praticamente uma ciência unitária» (pág. 150-151).

«A-pesar-de não podermos supor que tal atitude de pensamento [1] não viveu ainda o tempo indispensável para produzir os seus frutos, porque tal atitude, ainda que com novas conformações, manifesta-se desde há séculos, o certo é que tal atitude de pensamento nos permite apenas e quasi exclusivamente a arrumação, a sintaxe lógica de descobertas para as quais ela em nada contribuiu nem poderia ter contribuído. A teoria da ciência que o positivismo enuncia é teoria duma ciência que não seria nunca possível como ciência» (pág. 173-174).

«O positivismo acentua a importância da análise lógica do método e usa o atomismo [2] como esquema epistemológico... Em virtude do seu método analítico, o positivismo parte do princípio de que qualquer objecto do conhecimento é analisável em elementos, e que tal método reduzirá sempre as coisas às proporções de inteligibilidade necessárias ao seu conhecimento. Estes elementos últimos *funcionam* como átomos, como elementos de composição, cuja existência lógica é suficiente para a explicação do objecto. O que devemos entender por *átomo lógico* não é perfeitamente claro. Mais uma vez encontramos no positivismo uma noção fundamental que deve o seu valor ao significado útil que adquiriu noutras regiões de possível aplicação... A noção de átomo, transposta para outros domínios diferentes dos que são objecto de estudo da física e da química, é uma noção de utilidade suspeita e de problematização inadequada... Tal dificuldade aparece-nos também claramente no positivismo. O problema do sentido, e as dificuldades que consigo traz, deve a sua complexidade à falta de uma relação comensurável entre contínuo e descontínuo, entre todo e parte. O enunciado é portador de sentido, mas a análise do enunciado destrói êste; é possível a análise lógica, e por conseqüência a atomização do enunciado, mas o sentido é rebelde e refractário a tal análise... O conceito de átomo aparece-nos na história com o fim de facilitar a compreensão de alguma coisa que não é o átomo, embora mais tarde êsse alguma coisa passe a ser apenas considerado um meio próprio de revelação do átomo. O mesmo sucede com o problema do sentido: o atomismo lógico foi considerado um meio útil para a revelação clara daquele, mas por fim o

[1] A do positivismo.

[2] Logo adiante verá o leitor o que significa aqui a palavra *atomismo*. (N. da Red.)

sentido foi considerado o meio de revelação dos átomos lógicos. E aqui nada mais se verifica que a confusão vulgar entre meio e fim... Mas o atomismo traz consigo uma pressuposição metafísica que convém pôr a claro. E seria talvez *interessante* o estudo das pressuposições metafísicas do anti-metafisismo positivista, mas isso levar-nos-ia muito longe. A pressuposição metafísica do atomismo a que aludimos deixa-se exprimir da seguinte forma: o que está no todo está em cada uma das partes... O princípio a que aludimos é uma enigmática expressão que se supõe utilizável no domínio orgânico para exprimir correlação e solidariedade funcional entre os órgãos constituintes de um corpo, mas foi considerado (em conseqüência da mesma passagem insensível de um princípio para domínios pretensamente análogos, que temos denunciado neste livro) para outras regiões diferentes ou sem base analógica essencial. E convém notar que é um princípio metafisicamente obscuro que orienta fundamentalmente os interesses da classificação da análise lógica. Ainda que tal princípio se referisse inicialmente à ordem do orgânico, foi transposto pelo positivismo para a ordem do mecânico e considerado aqui universalmente válido. Mas a ordem do mecânico é aquela ordem onde é impossível de uma parte concluir para o todo, porque lhe falta entre os seus componentes o correlativismo que caracteriza o orgânico e dá ao princípio sentido útil de aplicação.» (Pág. 178-183) [1].

«Como no positivismo não é propriamente o mundo chamado real, o mundo exterior, que interessa, porque o positivismo se abstém de qualquer enunciado acerca da sua existência, segue-se que os *simples* são aquilo que previamente a análise lógica simplificou. De outra maneira: o *simples* é o *simplificado*, e é a identificação insensível de ambos que empresta coerência ao construtivismo desta corrente filosófica. Todavia, o *simplificado* é produto, e não elemento primeiro ou dado imediato da experiência, e produto conseguido em função de uma síntese prévia que o pensamento propõe à análise como limite. É o termo último de uma técnica e não o elemento inicial de um processo.» (Pág. 183-4) [2].

Aí está. Esperamos que estes extractos provoquem no leitor o desejo de ler todo o livro.

[1] Quanto a nós, a organização das partes do organismo pressupõe e tem como modelo a organização das ideias na inteligência. (Nota da Red.)

[2] Quanto a nós, é um preconceito o supor que o superior se baseia no inferior, e que o todo é resultante da união de partes previamente existentes. Seria menos imperfeito o dizer que o todo é logicamente anterior às partes, e o superior, fundamento do inferior. (Nota da Red.)